

NACÃO, DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO.

Aluno: Pablo de Oliveira de Mattos

Orientador: Luis Reznik

I – Desenvolvimento

Com o fim do Estado Novo a liberdade de imprensa retorna e transforma os jornais nos meios de comunicação mais significativos no que diz respeito à produção intelectual acerca dos problemas e rumos do país, bem como, ao debate das plataformas políticas dos candidatos. Chegando a assumir posições partidárias claras, os jornais traziam diariamente, sobretudo nos períodos eletivos, artigos que estavam diretamente comprometidos com as propostas dos candidatos. Nas páginas destes jornais homens de suma importância sejam na imprensa como é o caso de Luis Costa Rego, ou mesmo na política, Carlos Lacerda. Editores-chefes do Correio da Manhã e Tribuna da Imprensa respectivamente, jornais que foram analisados no período eletivo de 1950 com o propósito de mapear o ambiente intelectual deste momento, não obstante relacionando-o com as práticas dos homens da política.

A década de 50 de nosso século passado trazia em seu cerne ousadia, motivação e euforia, podendo assim ser chamada de “Anos Eufóricos”. E porque estes anos eram eufóricos? Em uma instância internacional a vitória dos Aliados frente ao Eixo que alçaram definitivamente os EUA ao patamar de Nação modelo de democracia e modernidade, no que tange ao cenário nacional o fim do Estado Novo e a consolidação do processo de democratização, gestado ainda no período varguista, põe o Brasil no curso de reais possibilidades de mudança social, política e de progresso econômico. Outro fator importante foi o debate sobre a industrialização que fora iniciado, ainda que timidamente por Getúlio Vargas, e tornou-se bandeira da CEPAL nas proposições econômicas ao desenvolvimento de países periféricos. Em suma, o Brasil vislumbrava tornar-se uma Nação soberana, ou seja, institucionalmente democrática e desenvolvida economicamente.

Neste cenário de euforia, a imprensa figura como campo vasto de dados que compõem as construções intelectuais acerca destas possíveis mudanças. Construções estas que estão na órbita daqueles que vemos como sendo os três conceitos norteadores da política nacional neste momento: Nação, Democracia e Desenvolvimento. Estes léxicos permeiam as propostas de progresso nacional e apresentam-se circunscritos na atmosfera do pós-guerra e do fim do Estado Novo. A democracia apresenta-se como um meio político e social seguro de romper com toda a herança autoritária e totalitária estadonovista, bem como redenção ao perigo comunista. O debate acerca da industrialização cristalizado nas figuras de Roberto Simonsen e Eugênio Gudin abriu a discussão sobre industrializar-se e passar da fase mercantil para a fase do capitalismo industrial ou manter-se agro exportador de acordo com a teoria das vantagens comparativas, posições de Simonsen e Gudin respectivamente. Obviamente Democracia e Desenvolvimento se apresentam de maneira peculiar e intrinsecamente ligados a nossa realidade social e política.

O alargamento dos direitos sociais e políticos no período de Vargas trouxe à política um corpo de atores sociais que até então se encontrava alijado de quaisquer decisões ou participação no processo político. Comparativamente à Primeira República, o Estado Novo deu voz e cidadania ao povo e aos trabalhadores na forma de direitos sociais trabalhistas, essa proximidade entre governante e governados dava-se também pela mitificação de Getúlio

Vargas e de suas qualidades “paternas”. No entanto, este novo ator não era visto com bons olhos no mundo da política. No período varguista ideólogos, tais como Francisco Campos, propunham a ditadura como única forma de governo apropriada às “massas” irracionais e despreparadas para o processo eleitoral. Portanto, a Democracia deveria apresentar-se com inflexões condizentes com esta realidade.

A instauração e a consolidação das instituições democráticas no Brasil pós Estado Novo levariam à emancipação do povo enquanto eleitores, ou seja, a democracia possuía assim caráter normativo e redentor das “massas” dando a ela racionalidade e meios de conviver no universo político da democracia.

“Mas acima de tudo ao estímulo e à certeza da democracia na formação da consciência do povo” (Correio da Manhã, 1 de agosto de 1950.)

Este caráter normativo trazia consigo um ranço elitista visto que tal emancipação seria acompanhada e dirigida pelos governantes, que neste caso são os udenistas representados por Brigadeiro Eduardo Gomes. Nas páginas do Correio da Manhã o apoio a Eduardo Gomes faz-se claro e gira em torno da defesa e da consolidação da democracia no país. A bandeira defendida pelo Correio da Manhã de Luis Costa Rego é a da democracia. Os editoriais do Correio da Manhã e também da Tribuna da Imprensa de Carlos Lacerda trazem em seu conteúdo uma fusão entre candidato e plataforma no tocante a democracia. Eduardo Gomes é a democracia em pessoa, é o único capaz de dirigir este país democraticamente com honra e probidade.

“O Brigadeiro é a única solução digna e coerente com os sentimentos de quantos tinham responsabilidades na consolidação das instituições democráticas (...) a imagem redentora do Brigadeiro. Tinham no íntimo de suas consciências a solução honrosa para o drama em que se debatia a Nação na busca de seus destinos.”(Correio da Manhã, 24 de agosto de 1950.)

A democracia apresenta-se também sob um caráter teleológico, seu *telos* seria o aperfeiçoamento moral e intelectual do povo emancipando-o e dando-lhe condição de participar plenamente da democracia. Neste momento então, o Brasil estaria pronto a cumprir seu destino político e tornar-se-ia uma Nação.

Em uma sociedade de escassos leitores como o Brasil da década de 50, os jornais dirigiam-se aos letrados e obviamente pertencentes a uma elite. Esta elite pode ser caracterizada pelo léxico de cidadãos, ou seja, aqueles que deliberam e votam conscientemente no processo eletivo político. Fica claro ao nosso entendimento que se todos os eleitores fossem tratados por cidadãos, inclusive a massa de trabalhadores, não se caracterizaria uma elite. O jornal fala aos cidadãos conscientes e esclarecidos.

“Eduardo Gomes fala à consciência dos cidadãos, pelo aprimoramento das instituições democráticas e pela sua definitiva consolidação no Brasil.” (Correio da Manhã, 19 de agosto de 1950.)

É a este corpo social que o Correio da Manhã convoca ao pleito e imputa a responsabilidade de implementar a democracia no país por intermédio de Eduardo Gomes. A esta elite esclarecida pertenceria o fardo de emancipar e melhorar a vida dos homens do campo, por exemplo, onde a pressão política e a ausência de ferramentas políticas racionais transformam este ambiente rural em “conta certa” de votos de políticos demagogos. Já nas grandes cidades seria o contrário.

“Interior é onde a pressão governamental, pela violência, pelo engodo e pelo suborno, dirige o pronunciamento dos eleitores. Grandes cidades, é onde o governo por mais que ameace, iluda e procure comprar a consciência dos cidadãos, quase sempre duvida da obtenção de votos, ou

antes, nunca os tem para o seu partido e para seus candidatos”.(Correio da Manhã. 10 de agosto de 1950.)

É interessante notar que embora eleitores os homens do campo não sejam tratados como cidadãos corroborando a tese elitista do jornal Correio da Manhã. Não obstante, este elitismo está diretamente ligado à campanha de Eduardo Gomes que é uma campanha de salvação nacional, e à elite brasileira caberia o papel de salvar o país em sua totalidade geográfica e transformá-lo numa Nação civilizada.

Desta forma, a democracia baseada no sistema judiciário a fim de garantir-lhe legitimidade e legalidade defendida por ambos os jornais deveria ser instaurada no país e a partir de sua consolidação o Brasil estaria pronto ao seu destino como Nação jovem. Nas páginas do Correio da Manhã, bem como da Tribuna da Imprensa encontramos apoio claro a Eduardo Gomes enquanto portador da democracia representante da única campanha de salvação nacional, e em contrapartida a representação de Vargas como antítese da democracia e de Eduardo Gomes, devendo, portanto, ser afastado da vida política brasileira. Vargas é tudo o que existe de antidemocrático, seu passado revela e aponta para o perigo de sua candidatura e de sua possível eleição.

É importante marcar também a fragilidade do regime democrático no Brasil apontado por Carlos Lacerda, quando este se refere aos partidos políticos como traidores do regime por sua fragilidade, além da baixa qualidade dos candidatos; aponta também para a fragilidade do câmara federal caracterizada como uma “tentativa frustrada de democracia” por sua inoperância causada pela redução de seu poder à mera modificação e aprovação de iniciativas do prefeito, “é hoje uma falsificação de democracia” (Tribuna da Imprensa, 21 de agosto de 1950, p.4). Carlos Lacerda deixa claro também sua preferência pelo regime parlamentarista, já que:

“O presidencialismo é sempre uma forma larvada de ditadura”
(Tribuna da Imprensa, 25 de agosto de 1950, p.4).

Carlos Lacerda chega a este entendimento devido ao caráter personalista da política brasileira, que também exerce influência sobre os partidos políticos conferindo-lhes inoperância, para tanto propõe uma reforma constitucional a fim de tornar as instituições democráticas adequadas ao seu funcionamento.

Contudo, a implementação da democracia enquanto conjunto de medidas político-sociais institucionais deveria estar acompanhado de medidas econômicas as quais promovessem o desenvolvimento econômico, este desenvolvimento era caracterizado pela industrialização. Esta preocupação com o desenvolvimento econômico é conhecida como a ideologia desenvolvimentista.

Os anos 50 foram marcados, em sua grande maioria, por debates intelectuais que passaram de alguma forma pela ideologia do desenvolvimentismo. Com o declínio do sistema agro exportador cafeeiro na década de 30 e o fortalecimento industrial surge a eminência de um projeto modernizador que proporcionasse a entrada do Brasil na categoria de Nação soberana no concerto internacional de Nações. Não obstante, a crise dos paradigmas liberais na economia e no papel regulador do Estado contribuiu de forma cabal ao desejo de romper com a herança do passado colonial brasileiro, que já vinha sendo gestada desde a proclamação da República. A discussão sobre a miséria e o subdesenvolvimento como característico dos países latino-americanos proposta pela CEPAL¹ estava diretamente ligada à criação de um parque industrial e de medidas alternativas à divisão internacional do trabalho dos países centrais.

A fórmula desenvolvimentista proposta pela CEPAL, caracterizada na figura de Celso Furtado no Brasil², propunha uma economia merecedora de todas as atenções do governo, proteção,

¹ Ver BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

² FURTADO Op. Cit.

planificação e estímulo do Estado em relação ao setor industrial geração de políticas econômicas que estimulassem mudanças de hábitos de consumo; superação da arcaica ocupação fundiária; mudanças na distribuição de riquezas como meio de expandir o mercado interno; diminuição das desigualdades regionais. O desenvolvimentismo, no Brasil, assume-se como uma ideologia de transformação da sociedade através da industrialização integral, por meio de planejamento e decidido apoio estatal. Esta é a única via de superação da pobreza, dependência externa e subdesenvolvimento segundo a CEPAL.

As forças produtivas dos países centrais se desenvolvem mais rapidamente do que nos periféricos, não obstante, a distribuição heterogênea tanto do progresso técnico quanto dos ganhos de produtividade representa um argumento cepalino contra as teorias de livre mercado. Há que se adotar nos países periféricos um padrão de crescimento endógeno, para dentro. Caso se adotasse um padrão exógeno, este não daria conta de uma industrialização rápida. Constrói-se, portanto, um padrão de crescimento que não encontra precedentes, uma forma de lidar com as questões econômicas específicas e que esteja relacionada ao cenário internacional composto por países centrais e periféricos. Dever-se-ia levar em conta as baixas taxas de poupança causadas pela baixa produtividade, o desemprego sintomático, a deterioração dos termos de troca, e a tendência ao desequilíbrio externo, em suma, heranças do sistema especializado de produtos de exportação.

O debate desenvolvimentista nas páginas dos jornais da década de 1950 apresenta-se de maneira particular, sobretudo pela ausência do léxico desenvolvimentismo. No entanto, é possível mapear e compor o conceito a partir de outros léxicos que lhe confere sentido, como por exemplo, progresso e desenvolvimento. De antemão é possível relacionar o debate desenvolvimentista à produção agrícola, apesar da industrialização ter recebido prioridade com Getúlio Vargas este tema ainda não havia ganhado eco na sociedade brasileira do início dos anos 50. O Brasil ainda era um país essencialmente agrário. Ainda que houvesse menção à criação e expansão do parque industrial, este processo deveria estar calçado pela agricultura. A industrialização deveria basear-se no aumento da produção agrária, esta era a nossa realidade.

“70% vivemos da terra aí deveríamos formar o nosso mercado interno, elevando ao máximo o poder aquisitivo, a fim de podermos construir um parque industrial baseado na colocação dos produtos. Entretanto a mesma política industrialista exaure o interior e anemia a sua possibilidade de compra (...) não podemos ter a releidade de criar uma indústria para concorrer nos mercados internacionais com as congêneres mais técnicas, mais capitais vultuosos e mais baratos e meios de distribuição regulares. Assim se quisermos industrialização, devemos primeiramente cuidar de nosso mercado interno, fortalecendo seu poder aquisitivo. E isto somente conseguiremos transformando nossa política urbana em agrária” (Correio da Manhã, 23 de setembro de 1950)

No trecho acima citado, vemos que há uma preocupação com a criação e o fortalecimento de um mercado interno e o aumento do poder de compra, isto estaria diretamente ligado à industrialização.

Ambos os jornais publicaram matérias relativas ao amparo estatal ao campo. Seja no referente ao maquinário, às condições de trabalho do camponês, do apoio ao aumento da produção, a concessão de créditos agrícolas. No Correio da Manhã encontramos um destaque na campanha de Eduardo Gomes sobre o corporativismo e o municipalismo.

“Cooperativismo e municipalismo. O primeiro fornecendo o financiamento em todos os prazos e o segundo permitindo meios de comunicação saúde e educação (...) a organização agrária do pequeno e do

médio produtor será o fim primordial.” (Correio da Manhã, 22 de setembro de 1950.)

O *cooperativismo* aparecia como um meio de se otimizar a produção agrária através de núcleos de médios e pequenos produtores, estes, estariam sendo auxiliados pelo Banco do Brasil no fomento creditício e na concessão de empréstimos. Esta política estaria associada ao municipalismo, onde os municípios ficariam responsáveis executivamente pelos meios de comunicação, estradas e vias de transporte para escoamento da produção, ampliação de hospitais, assistência médica, escolas, isto sem negar o governo central é claro. Este cenário será propício para as municipalidades tomarem parte ativa no aprimoramento do homem do interior. Fazia-se necessário também aprimorar o homem tecnicamente, o ensino técnico ganhava grande importância. Encontramos aqui o mesmo telos moral da democracia, o desenvolvimento econômico também emancipava o homem através da educação. Preparava-lhe para a indústria e assim, por intermédio do trabalho ele seria recuperado e valorizado. A otimização do campo viria com a implementação de uma série de medidas de estudo e análise técnicas, que entre outras medidas visavam a desapropriação de latifúndios improdutivos. Para tanto, era importante a criação de um corpo de técnicos preparado e bem remunerado.

O Brasil era tido como proeminente em relação às matérias-primas, além de seu potencial hidrelétrico. Estas matérias-primas deveriam servir, sobretudo, ao Brasil, devendo ser exportado somente aquilo que não fosse utilizado. Havia a necessidade e a preocupação do Brasil continuar a ser um país exportador de matérias-primas, logo um país dependente, colonizado.

“(...) é fatalmente deficitário na balança comercial o país que só exporta matéria-prima para depois recebê-la transformada (...) em conclusão: país que exporta unicamente matéria-prima é país colonial, pois subordinado, sem a primeira das independências, ou seja, a independência econômica”. (Correio da Manhã, 7 de setembro de 1950)

O conceito de desenvolvimento cunhado nas páginas do jornal o Correio da Manhã, tem suas bases numa economia agrária seguida de um processo industrializante que confira autonomia econômica ao Brasil. Para tanto, há que elevar o nível do homem brasileiro, com o plano SALTE, por exemplo, aparelhar o campo com o auxílio estatal na forma de créditos e investimentos estrangeiros, organizar a produção em núcleos de médios e pequenos produtores, as cooperativas, que, numa rede municipalista otimizaria a produção e distribuição da produção. Esta produção, sobretudo com base agropecuária, criaria um mercado interno forte e possibilitaria o aumento do poder aquisitivo da população alavancando o processo de desenvolvimento nacional rumo ao progresso e à modernidade.

Este progresso rumo à modernidade levaria o Brasil ao encontro de seu destino como Nação. A Tribuna da Imprensa, por ser um jornal menos denso em relação ao Correio da Manhã nos dá poucos aspectos econômicos. Nas poucas matérias relacionadas ao campo da economia, encontramos a preocupação da planificação dos recursos nacionais somente para a eventualidade da guerra da Coreia ganhar maiores proporções, a estocagem de matéria-prima e a expansão do parque industrial nacional. Quando esta planificação ou intervenção do Estado se apresenta na CCP (Comissão Central de Preços) fora da realidade da guerra, e dentro de um regime capitalista a Tribuna da Imprensa mostra contrária a um órgão controlador de preços, esta ação não se justifica. Há uma evidente preocupação com o aumento da produção e do fortalecimento do mercado interno e da criação de condições ampliadoras do consumo interno, sem isto não há a possibilidade de se pensar em controle de preços. O jornal Toca na importância estratégica do petróleo, propondo a ampliação da frota de petroleiros e de locais de armazenamento. Em relação aos investimentos necessários ao desenvolvimento, a Tribuna da Imprensa é favorável a todos os meios disponíveis, todos os

capitais todas as técnicas vindas de onde for a fim de equipar a Nação. É possível relacionar as posições agraristas de Eduardo Gomes às posições do jornal já que em tom de apoio à plataforma udenista, o jornal publicou discursos sobre a melhoria das condições sociais e técnicas do homem do campo, bem como uma matéria sobre a reforma agrária na China, apresentando propostas e discutindo a questão da terra. Enfim, *Tribuna da imprensa* e *Correio da Manhã* encontram-se no que diz respeito ao progresso técnico e desenvolvimento econômico como meio do Brasil ascender ao patamar de Nação soberana.

Para Benedict Anderson Nação é uma comunidade política imaginada³ e, de todas as comunidades do discurso ela se distinguiria pelo aspecto limitado e soberano. Limitada por possuir fronteiras finitas em um território. Soberana por ser considerada livre e autônoma diante de outras Nações. Comunidade finalmente pelo seu aspecto horizontal que é proposto como um espaço de relações fraternas e solidárias, a despeito dos conflitos e desigualdades existentes. Na década de 50, a liberdade e autonomia tinham papel importante, pois, num desejo de “redemocratização”, bem como a ascensão do país ao patamar de desenvolvimento econômico, este patamar concederia ao Brasil a primeira das autonomias, a autonomia econômica.

Portanto, a Nação a qual o jornal faz referência pode ser compreendida por intermédio deste conceito cunhado por Benedict Anderson. Pertencente a um território geográfico finito e limitado, buscando reconhecimento e autonomia em face de outras Nações soberanas, apresenta-se enquanto uma comunidade horizontal e possuidora de relações fraternas a despeito das diferenças e conflitos existentes. Desta feita, o Brasil tornar-se-ia uma Nação na medida em que possuísse uma sociedade autônoma política e economicamente.

II – Metodologia

A orientação metodológica da pesquisa achou por bem iniciar seus trabalhos pela análise de periódicos, que para esta pesquisa se configuram na categoria de fonte primária. O jornal *Correio da Manhã* e a *Tribuna da Imprensa* foram analisados na forma de microfílmagens na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O corte temporal abrangido é, do primeiro dia de agosto do ano de 1950 até o décimo - quinto dia do mês de outubro do mesmo ano. Com o intuito de se voltar para aquilo que se desdobrariam nas “posições” do jornal, os fragmentos escolhidos na *Tribuna da Imprensa* são majoritariamente os editoriais escritos por Carlos Lacerda, importante homem político, e algumas reportagens que complementem o objeto da pesquisa. No *Correio da Manhã* foram os editoriais e as colunas de opinião escritas de forma geral por: Luis da Costa Rego, jornalista e editor chefe do *Correio da Manhã*, além de homem público chegando a exercer funções políticas institucionais na secretaria de agricultura do Estado do Pará e na câmara dos deputados por mais de um mandato. Por Augusto Frederico Schmidt, poeta e empresário bem sucedido, e das colunas pertinentes ao tópico de “economia e finanças” do jornal. Neste tópico sobre economia destacam-se os artigos escritos por Hugo Hamann, no entanto há outros autores que contribuíram, mesmo que com um menor número de artigos, para a elucidação das linhas de pensamento econômico do Jornal. Os demais autores acima citados contribuem diretamente para a percepção das formulações sobre democracia, nação e desenvolvimento.

Desta forma se dá a identificação do conjunto de palavras e conceitos associados aos três conceitos norteadores; dos principais núcleos argumentativos em torno dos conceitos; também se dá a análise do discurso político da campanha de 1950. Isto nos permitirá, em um segundo momento da pesquisa, relacionar os discursos, o debate político-ideológico às práticas dos atores políticos envolvidos na campanha presidencial de 1950.

³ ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo: Ed. Atica, 1989.

A pesquisa, portanto, considera as reflexões de Reinhart Koselleck sobre a história dos conceitos como facilitadora da análise por intermédio dos conceitos, elementos especiais da semântica.

III - Conclusão

Na imprensa encontravam-se homens importantes do mundo da política e do campo intelectual. No *Correio da Manhã*, o editor chefe Luis Costa Rego, homem importante na imprensa brasileira, deputado federal do estado do Pará pela UDN diversas vezes, por exemplo. Na *Tribuna da Imprensa* a figura de Carlos Lacerda como editor corrobora a importância da imprensa e seus atores.

O processo de democratização gestado ainda no Estado Novo, sobretudo quando analisamos a ideologia do trabalhismo em 1942 [GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalho**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989] como maneira de alargar as bases políticas de apoio para o momento democrático do pós-guerra, movimentou estes homens num credo profundo na **democracia** como meio de emancipar o homem ao nível de cidadão consciente. Era recorrente a referência ao povo, ou seja, a parcela majoritária de poder aquisitivo inferior, como sendo este, um corpo irracional. Daí a importância da democracia e seu papel redentor e normativo. Como meio de acesso às discussões teóricas sobre democracia, foi feita a leitura da obra de Joseph Schumpeter [**Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura S.A., 1961] e Renato Lessa [A teoria da democracia: balanço e perspectivas In: PERISSINOTO, R. e FUKS, M. (orgs.) **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002].

No que tange à economia e ao conceito de **desenvolvimento**, a herança de Vargas é perceptível no fomento à industrialização. Ainda que num primeiro momento a indústria devesse estar sustentada pela agricultura, a industrialização estava na pauta dos jornais, estava em discussão. Um debate travado entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín aponta para as diferentes teses sobre a industrialização. De um lado, Gudín que defendia a vocação agrária do Brasil e sua não industrialização, e de outro Simonsen que propunha a passagem do sistema capitalista mercantil para o industrial como forma de desenvolver o capitalismo. Outro ponto de importância no debate econômico foi a intervenção, maior ou menor, do Estado na economia. A tese defendida pela CEPAL era a de que países periféricos, que era o caso do Brasil, deveriam adotar um modelo de desenvolvimento alternativo aos propostos até então. Defendiam a intervenção do Estado na economia como forma de compensar a desigualdade entre estes países e os países centrais. A década de 1950 foi vista como um momento que estimulava a ousadia, estes homens estavam preocupados com o progresso da Nação. O diálogo teórico deu-se com a leitura de Ricardo Bielchowski [**Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988] e Celso Furtado [**A Fantasia Organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985].

O Brasil deveria tornar-se uma **nação**, tal qual as nações soberanas européias ou a norte americana. A prerrogativa básica, era a independência econômica e um regime político que garantisse a liberdade do indivíduo. No entanto esta prerrogativa não significa que se buscava uma nação ideologicamente liberal nos padrões clássicos, estes conceitos apresentam-se de maneira particular inclusive nos jornais e guardam suas especificidades.

O estudo da imprensa como fonte de análise possibilita a sistematização do conhecimento do ambiente intelectual e sobre os conceitos de Nação, Democracia e Desenvolvimento na década de 1950 e auxilia no debate acadêmico sobre estes temas de suma importância política e social para o Brasil de “ontem e de hoje”.

Bibliografia:

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ed. Atica, 1989.

BIELCHOWSKI, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

FURTADO, Celso. **A Fantasia Organizada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 05, n.10, 1992.

LESSA, Renato. A teoria da democracia: balanço e perspectivas In: PERISSINOTO, R. e FUKS, M. (orgs.) **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura S.A., 1961.